

## **MARCO LEGAL PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA É COBRADO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ANEEL**

**Lucas Santin, da Agência iNFRA**

Agentes do setor elétrico destacaram a necessidade de um marco legal para a GD (geração distribuída) na última audiência promovida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) antes do fim da consulta pública sobre o assunto, em 30 de novembro. O evento ocorreu nesta quinta-feira (7).

Outra demanda muito citada pelos participantes foi a prorrogação do prazo para contribuições e a realização de outras sessões presenciais, em outros locais do país, para amplificar a discussão. Durante oito horas de audiência, cerca de 100 participantes falaram sobre a proposta da agência reguladora para revisão da resolução sobre GD.

O diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, disse a jornalistas, durante a audiência, que é natural o surgimento de projetos de lei propondo regras e para o marco legal para a geração distribuída. A preocupação da agência é com assuntos técnicos e, como o tema envolve também outras questões, como trabalhistas, passa-se à esfera de política pública.

“Ganhando caráter de política pública, o fórum mais adequado e legítimo, digamos assim, para o debate, é de fato o Poder Executivo e o Congresso Nacional, que estabelecem a política pública no país”, observou. A grande preocupação da agência é com as tarifas.

### **Silas Câmara: comissão especial**

O presidente da CME (Comissão de Minas e Energia), deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que participou da audiência, defendeu a criação de uma comissão especial para propor um marco legal da GD. Silas afirmou também que o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, está de acordo com isso.

O parlamentar, que protocolou um PL (projeto de lei) sobre o assunto nesta semana, disse que há 40 proposições já em tramitação no Congresso Nacional. Por isso, é necessário criar uma comissão para elaborar um substitutivo.

### **Absolar**

Para o presidente da Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Rodrigo Sauer, o primeiro desafio será consolidar os projetos existentes, para então fazer um marco legal que atenda às necessidades do setor.

“Acredito que um bom caminho a seguir é que [o marco legal] seja um projeto específico ao ponto de solucionar essa insegurança jurídica que hoje existe para a geração distribuída solar fotovoltaica com agilidade”, disse ele.

Sauer comentou que a associação entrou com um pedido de prorrogação da consulta pública, no dia 16 de outubro, pedindo mais 90 dias para contribuições. Ele também

considera necessário haver audiências em todas as regiões do Brasil, como a ANEEL já fez antes.

### **ABGD: código brasileiro de energia**

Para a ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída), o marco legal da geração distribuída virá com a comissão especial do Código Brasileiro de Energia Elétrica. O presidente da associação, Carlos Evangelista, disse que o colegiado discutirá o setor de maneira ampla e adequada. “Hoje, o setor elétrico é todo por resoluções normativas, não há segurança jurídica nenhuma. Se a gente tiver uma lei, fica uma coisa muito mais estável.”

Evangelista também acredita que a prorrogação do prazo da audiência precisa ocorrer porque a discussão não está madura e não teve a amplitude necessária para chegar a um consenso.

### **Abradee**

O presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), Marcos Aurélio Madureira, considera positiva a discussão da GD no Congresso Nacional. Isso porque haverá uma análise mais profunda sobre a modalidade. Um ponto destacado é em relação aos subsídios.

“Se a Câmara, o Congresso, entenderem que ainda é necessário manter algum subsídio, esse subsídio tem que ser apoiado dentro de um sistema legal”, comentou Madureira. Ele ainda disse que, caso ainda haja um desconto, deve-se examinar e encontrar uma fonte de recursos para pagá-lo, mas não deve ser o consumidor cativo.

### **Lafayette de Andrada e o abaixo-assinado**

O deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), relator da comissão especial do Código Brasileiro de Energia, falou que a regra da ANEEL não deve ser alterada até que o Poder Executivo defina uma política pública sobre a GD. O parlamentar considera que os subsídios dados à geração distribuída são “estratégicos” e precisam ser mantidos.

Andrada também comentou que há um abaixo-assinado com cerca de 300 deputados e 30 senadores pedindo a realização de mais audiências públicas em outros locais do Brasil. “Não é possível que uma decisão como essa seja tomada só aqui no Planalto Central”, disse.